



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UTAO | INFORMAÇÃO TÉCNICA n.º 10/2014

Contas das Administrações Públicas: 4.º trimestre de 2013

Ótica da Contabilidade Nacional

23.04.2014

Ficha técnica

Este trabalho foi elaborado com base na informação disponível até 23 de abril de 2014.

A análise é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

Em 2013, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 4,9% do PIB. No contexto europeu, Portugal registou um défice orçamental acima da média da União Europeia. Excluindo operações extraordinárias, o défice evidenciou uma melhoria de 0,7 p.p. face a 2012. Os dois fatores que mais influenciaram a evolução das contas públicas foram o aumento da tributação e reposição dos subsídios a funcionários públicos e pensionistas. Em termos globais, o aumento da despesa absorveu ¾ do aumento da receita. A dívida pública alcançou 129% do PIB, tendo registado um acréscimo de 4,9 p.p. face a 2012. Para este aumento contribuiu em grande medida o efeito dinâmico, associado à queda do PIB em termos reais e à despesa com juros.

A presente nota beneficiou de esclarecimentos e elementos adicionais obtidos pela UTAO junto do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal, bem como da divulgação pelo Eurostat, no dia 23 de abril, dos resultados finais do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) para os países da União Europeia.

Saldo orçamental

1 De acordo com a 1ª notificação do PDE, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 8,1 mil M€ em 2013, o equivalente a 4,9% do PIB, situando-se 0,2 p.p. abaixo do défice registado em contabilidade pública (ótica de caixa). Para a diferença entre as duas óticas contabilísticas (Tabela 1) contribuíram, por um lado, o ajustamento *accrual* e a delimitação setorial das administrações públicas em Contas Nacionais e os encargos assumidos e não pagos, sobretudo os relativos a pagamentos de dívidas de anos anteriores na Região Autónoma da Madeira. Em sentido contrário, destacam-se particularmente o remanescente da receita de concessão da aeroportuária, efetuada em 2012 e sem impacto em contas nacionais, e a despesa com a participação no capital do BANIF, registado em contas nacionais como transferência de capital.

Tabela 1 – Ajustamento entre o saldo das administrações públicas em contabilidade pública e em contabilidade nacional em 2013

	Milhões de euros	% PIB
Saldo em contabilidade pública	-8 367,2	-5,1
Ajustamento <i>accrual</i> e delimitação setorial em Contas Nacionais ¹	1 015,5	0,6
Encargos assumidos e não pagos	1 025,3	0,6
Remanescente da receita da concessão aeroportuária de 2012	-480,0	-0,3
Aumento de capital do BANIF	-700,0	-0,4
Injeção de capital em EPR	-505,4	-0,3
Outros efeitos	-109,9	-0,1
Saldo em contabilidade nacional	-8 121,7	-4,9

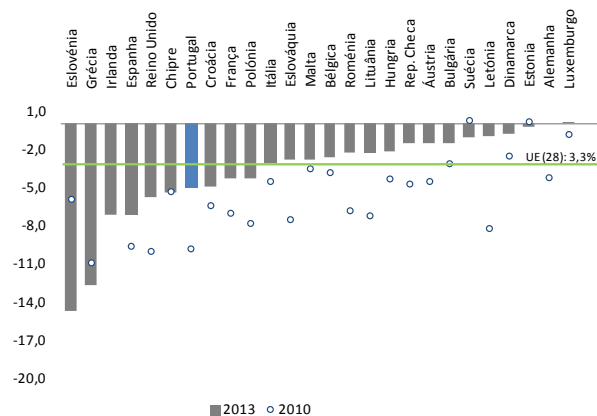
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: 1) O ajustamento *accrual* consiste em adicionar os encargos assumidos e não pagos em 2012 e em subtrair os pagamentos ocorridos em 2012 respeitantes a encargos assumidos noutros anos.

2 No contexto da União Europeia, Portugal registou o sétimo maior défice orçamental. Os resultados da 1ª notificação do PDE divulgados pelo Eurostat, a 23 de abril, mostram que apenas 6 países apresentaram défices orçamentais superiores ao de Portugal em 2013: Eslovénia, Grécia, Irlanda, Espanha, Reino Unido e Chipre (Gráfico 1).¹ Dos 28 Estados Membros, 10 registaram défices acima de 3% do PIB (foram 17 em 2012), e somente dois países, a

¹ O Eurostat publicou igualmente o saldo orçamental corrigido do impacto das intervenções realizadas nos diferentes países para apoiar o setor bancário. Excluindo essas operações, o défice orçamental de Portugal foi de 4,5%. Foram apenas quatro os países que apresentaram um défice orçamental superior ao de Portugal: Irlanda (6,7%), Espanha (6,6%), Reino Unido (5,7%) e Chipre (5,2%).

Alemanha e o Luxemburgo, registaram um excedente orçamental. Esta situação contrasta claramente com a que existia na Europa em 2007, antes do início da crise financeira, em que, de acordo com a informação atualmente existente para aquele ano, apenas 3 economias da União Europeia registaram défices superiores a 3%: Grécia, Hungria e Portugal. Entre 2010 e 2013, o saldo orçamental médio da União Europeia melhorou de -6,5% para -3,3% do PIB.

Gráfico 1 - Saldo das administrações públicas nos países da União Europeia (em percentagem do PIB)



Fontes: INE e Eurostat. Nota: O Eurostat publicou igualmente o saldo orçamental corrigido do impacto das intervenções realizadas nos diferentes países para apoiar o setor bancário. Estas intervenções tiveram, em 2013, um impacto especialmente significativo na Eslovénia (10,4 p.p.), na Grécia (10,6 p.p. do PIB). Embora de menor dimensão, merecem destaque os casos da Áustria (0,6 p.p.), Espanha (0,5 p.p.), Irlanda (0,5 p.p.) e Portugal (0,4 p.p.). No caso de Portugal refere-se ao aumento de capital no BANIF.

3 Em Portugal, o défice em contabilidade nacional não alcançou o objetivo estabelecido na proposta do OE/2013, embora tenha superado os objetivos revistos no âmbito dos orçamentos rectificativos e evidenciado uma melhoria face ao ano anterior. A notificação do PDE remetida pelas autoridades nacionais ao Eurostat, em 31 de março de 2014, revelou que o défice orçamental evidenciou um desvio desfavorável de 0,6 p.p. do PIB face ao previsto no OE/2013. No entanto, face aos orçamentos rectificativos apresentados em 2013, o desvio foi favorável (Tabela 2). Face a 2012, o défice registou uma melhoria de 1,5 p.p. do PIB. Importa referir que estes resultados estão influenciados por diversas operações de caráter extraordinário, que ocorreram em 2012 e em 2013 (Tabela 11). As operações de natureza extraordinária tiveram efeitos contrários sobre o défice global nos dois últimos anos, tendo contribuído para um agravamento do défice em 2012 e uma melhoria do défice em 2013. Assim, ajustado destas operações, o défice de 2013 foi de 5,3% e a melhoria face ao ano anterior foi de 0,7 p.p. do PIB (Tabela 3).

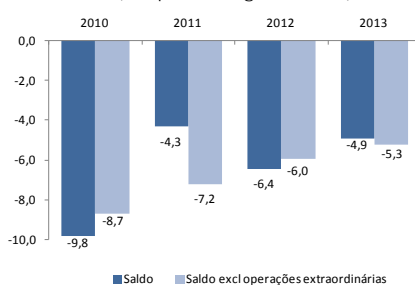
4 A melhoria verificada resultou de um aumento da receita, que mais do que compensou o aumento da despesa. Com efeito, em 2013, os dois fatores que mais influenciaram a evolução das contas públicas foram o aumento da tributação e reposição dos subsídios a funcionários públicos e pensionistas. Em termos globais, o aumento da despesa absorveu $\frac{3}{4}$ do aumento da receita. Em termos de saldo primário, ou seja, o saldo global excluindo o pagamento líquido de juros, verificou-se em 2013 uma melhoria face ao ano anterior, de cerca de 1,1 mil M€ (Tabela 4).

Tabela 2 - Saldo das administrações públicas: previsões vs valor apurado pelo INE (ajustado de operações extraordinárias)

documento	data publ.	saldo		Por memória: PIB (em M€)
		M€	% PIB	
DEO/2012-16	(abr-2012)	-5 152	-3,0	170 922
OE/2013	(out-2012)	-7 826	-4,7	166 782
DEO/2013-17	(abr-2013)	-9 266	-5,6	164 338
OE1R/2013	(mai-2013)	-9 311	-5,7	164 338
OE2R/2013	(out-2013)	-9 577	-5,8	165 379
1.ª notif. PDE (INE)	(abr-2014)	-8 702	-5,3	165 666

Fontes: Ministério das Finanças, INE e cálculos da UTAO. | Nota: Os dados encontram-se ajustados das operações extraordinárias consideradas em cada um dos respetivos documentos.

Gráfico 2 - Saldo das administrações públicas (em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO.

5 O subsetor da administração central foi o que mais contribuiu para a melhoria do défice face a 2012. Este subsetor registou uma diminuição do défice orçamental na ordem dos 1,1 p.p. do PIB, que em conjunto com a redução do défice da administração regional em 0,1 p.p., mais do que compensou a redução verificada no excedente da administração local e da segurança social (Tabela 3). A administração local reduziu o seu excedente face ao ano anterior, no entanto, em 2012, beneficiou da venda de terrenos do Aeroporto de Lisboa, em cerca de 0,2% do PIB. De referir que, no caso da segurança social, o respetivo saldo orçamental beneficiou de uma transferência extraordinária por parte da administração central, destinada ao financiamento do défice deste subsector. A transferência foi superior à verificada no ano anterior, tendo representado 0,5 % do PIB em 2012 e 0,9% do PIB em 2013. Caso não tivesse existido a referida transferência, o saldo da segurança social teria sido negativo e ter-se-ia agravado face a 2012.

Tabela 3 - Saldo das administrações públicas por subsector (ajustado de operações extraordinárias, em percentagem do PIB)

	2010	2011	2012	2013
Administrações públicas	-8,7	-7,2	-6,0	-5,3
Administração Central	-8,9	-7,6	-6,7	-5,6
Administração Local	-0,1	0,3	0,6	0,2
Administração Regional	-0,2	-0,2	-0,1	0,0
Segurança Social	0,5	0,3	0,2	0,1

Fontes: INE e cálculos da UTAO.

Receita e despesa

A análise deste capítulo é apresentada em termos ajustados, i.e. excluindo o efeito de operações extraordinárias.²

Variação face ao ano anterior

6 A receita total das administrações públicas recuperou em 2013 devido sobretudo ao aumento da receita fiscal e contributiva. No que se refere à receita corrente, após a redução da receita fiscal ocorrida em 2012, verificou-se um aumento em 2013. Esta evolução foi motivada essencialmente pelo comportamento da receita de impostos diretos (sobre o rendimento e património) e das contribuições sociais, que registaram aumentos de 24,2% e 4%, respetivamente, face ao ano anterior. Estes resultados refletem, sobretudo, o aumento da tributação ao nível dos impostos diretos, mas também refletem o efeito positivo na receita que resultou da reposição dos subsídios de férias e de Natal. De registar, igualmente, o aumento que se verificou ao nível da outra receita corrente.

Tabela 4 - Receitas e despesas das administrações públicas (ajustadas de operações extraordinárias)

	2012		2013		Variação anual		
	em M€	% PIB	(INE)	% PIB	em M€	p.p. PIB	tva em %
Receita Total	67 034	40,6	71 130	42,9	4095	2,3	6,1
Receita fiscal	37 626	22,8	41 045	24,8	3419	2,0	9,1
Impostos indiretos	22 539	13,7	22 310	13,5	-229	-0,2	-1,0
Impostos diretos	15 087	9,1	18 735	11,3	3648	2,2	24,2
Contribuições sociais	19 135	11,6	19 905	12,0	770	0,4	4,0
Outras receitas correntes	8 130	4,9	8 677	5,2	546	0,3	6,7
Receitas de capital	2 142	1,3	1 503	0,9	-640	-0,4	-29,9
Despesa Total	76 885	46,6	79 831	48,2	2946	1,6	3,8
Consumo intermédio	7 400	4,5	7 308	4,4	-92	-0,1	-1,2
Despesas com pessoal	16 510	10,0	17 789	10,7	1279	0,7	7,7
Prestações sociais	37 139	22,5	38 834	23,4	1695	0,9	4,6
Juros	7 126	4,3	7 064	4,3	-62	-0,1	-0,9
Subsídios	968	0,6	1 117	0,7	149	0,1	15,4
Outras despesas correntes	4 113	2,5	4 397	2,7	284	0,2	6,9
Despesa de capital	3 629	2,2	3 324	2,0	-306	-0,2	-8,4
FBCF	2 745	1,7	2 376	1,4	-369	-0,2	-13,5
Outras despesas de capital	884	0,5	948	0,6	63	0,0	7,2
Saldo global	-9 851	-6,0	-8 702	-5,3	1149	0,7	
em % do PIB		-6,0		-5,3			
Saldo primário	-2 725	-1,7	-1 638	-1,0	1087	0,7	
Receita fiscal e contributiva	56 761	34,4	60 951	36,8	4189	2,4	7,4
Despesa corrente	73 256	44,4	76 508	46,2	3252	1,8	4,4
Despesa corrente primária	66 130	40,1	69 444	41,9	3314	1,9	5,0
Despesa primária	69 760	42,3	72 767	43,9	3008	1,7	4,3
<i>Por memória:</i>							
PIB	165 107		165 666		559,6		

Fontes: INE e cálculos da UTAO.

7 A outra receita corrente aumentou devido a dividendos e a rendimentos obtidos no âmbito das medidas de apoio ao setor bancário. A outra receita corrente apresentou um acréscimo de 6,7%, que decorreu dos dividendos recebidos, sobretudo a participação nos lucros do Banco de Portugal, de 359,3 M€ (18,7 M€ em 2012), bem como as comissões recebidas relativas a empréstimos avalizados pelo Estado e os juros de empréstimos efetuados no âmbito das medidas de apoio

² Os valores não ajustados encontram-se na Tabela 12 em Anexo. As operações extraordinárias de 2013 são ainda provisórias. Em 2013 foram considerados o Regime Extraordinário de Regularização de Dívidas (receita) e a participação de capital no BANIF (despesa). No âmbito da 2.ª alteração ao OE foi ainda previsto o Crédito Fiscal ao Investimento. Esta operação não foi considerada pela UTAO como ajustamento porque a informação disponível sobre o efeito desta medida é insuficiente.

ao setor bancário. As transferências do Fundo Social Europeu recebidas pelas administrações públicas também contribuíram para este aumento. Ainda no âmbito da outra receita corrente, as vendas registaram uma diminuição de 2,2%.

8 A despesa das administrações públicas, após a redução verificada em 2012, também aumentou em 2013, embora de forma menos intensa que a receita, observando-se comportamentos opostos da despesa corrente e da despesa de capital.

9 O aumento da despesa deveu-se à despesa primária, particularmente ao nível das despesas com o pessoal e prestações sociais. Em 2013, as despesas com pessoal e as prestações sociais evidenciaram um aumento de 7,7% e de 4,6%, respetivamente, que se deveu em grande medida à reposição dos subsídios anteriormente referida. A redução do número de funcionários públicos também contribuiu para a contenção das despesas com pessoal. No que se refere às outras prestações sociais que não pensões, a despesa com subsídios de desemprego apresentou um crescimento, mas a despesa com as restantes prestações sociais em dinheiro manteve a tendência de queda verificada nos anos anteriores. A despesa com prestações sociais em espécie terá aumentado devido ao pagamento de serviços a hospitais-empresa e ao nível das outras prestações sociais que não em espécie, i.e. prestações familiares, Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos, entre outras, verificou-se uma diminuição face ao ano anterior.

10 As despesas de capital registaram uma nova redução em 2013, após várias de diminuições anuais sucessivas. As despesas de capital registaram uma nova redução, de 8,4% (em 2012, a diminuição foi de 24,5%), associada essencialmente à diminuição do investimento que registou uma queda de 13,5%. Para esta variação contribuiu a redução do investimento das empresas públicas, sobretudo a realizada pelas empresas Parque Escolar, EPE e Estradas de Portugal, SA. A diminuição do investimento acabou por contribuir positivamente para a consolidação orçamental das administrações públicas em 2013. Todavia, a despesa de investimento tem caído significativamente nos últimos anos e em termos líquidos de amortizações o investimento foi negativo (ver Caixa 1). Esta evolução constituiu um risco adicional para a recuperação da atividade económica, na medida em que poderá contribuir, a prazo, para limitar a capacidade produtiva. No que se refere às outras despesas de capital, estas aumentaram 7,2%, sobretudo devido ao pagamento associado ao défice tarifário.

Desvio face ao orçamentado

11 Face ao orçamento inicial para 2013, a receita e da despesa total ficaram acima das previsões. Do lado da receita, a receita fiscal e contributiva ficou aquém do previsto para o conjunto do ano no OE inicial, em 0,5 mil M€, tendo esta evolução desfavorável sido compensada pela concretização da outra receita corrente e da receita de capital acima do previsto. No que se refere à despesa, as prestações sociais e as despesas com o pessoal excederam o previsto no orçamento em 1,2 e 0,5 mil M€, respetivamente. Para estes desvios contribuiu a reposição de um subsídio, na sequência de decisão do Tribunal Constitucional, posterior ao OE inicial. Os referidos desvios naquelas rubricas da despesa foram compensados ainda que parcialmente, por uma menor despesa em investimento, consumo intermédio e juros.

12 Face aos orçamentos retificativos, a receita excedeu as previsões e a despesa ficou abaixo do orçamentado. Do lado da receita, a receita fiscal e contributiva ficou significativamente acima da prevista em ambos os orçamentos retificativos, com destaque para a receita dos impostos diretos. De salientar que as perspetivas económicas degradaram-se consideravelmente no início de 2014 depois de conhecida a evolução do 4.º trimestre de 2013 (a qual comportava um efeito *carry-over* significativo para o ano seguinte). Na sequência desta degradação das perspetivas económicas para 2013, a previsão de receita fiscal foi revista em baixa face ao OE inicial e o orçamento da despesa com prestações sociais foi revisto em alta. A despesa total ficou abaixo da prevista nos orçamentos retificativos devido sobretudo às despesas com investimento, juros e consumo intermédio.

Tabela 5 – Conta das administrações públicas
(ajustada de operações extraordinárias, em milhões de euros)

	2013 (INE)	Orçamentado			Desvio face ao orçamentado: Ⓜ		
		OE	OE1R	OE2R	OE	OE1R	OE2R
Receita Total	71 130	70 854	71 208	70 961	275	-78	169
Receita fiscal	41 045	41 357	39 938	40 125	-311	1107	920
Impostos indiretos	22 310	22 783	22 122	21 767	-473	188	543
Impostos diretos	18 735	18 573	17 816	18 358	162	919	377
Contribuições sociais	19 905	20 118	19 811	19 667	-213	95	239
Outras receitas correntes	8 677	8 306	9 295	9 227	371	-618	-550
Receitas de capital	1 503	1 074	2 164	1 942	429	-661	-440
Despesa Total	79 831	78 680	80 519	80 538	1151	-687	-707
Consumo intermédio	7 308	7 648	7 463	7 864	-340	-155	-556
Despesas com pessoal	17 789	17 267	17 304	17 538	522	485	251
Prestações sociais	38 834	37 633	38 550	38 399	1201	284	435
Juros	7 064	7 216	7 454	7 189	-153	-390	-125
Subsídios	1 117	1 202	1 165	1 212	-86	-49	-95
Outras despesas correntes	4 397	3 957	4 778	4 452	439	-382	-55
Despesa de capital	3 324	3 756	3 806	3 885	-433	-482	-561
FBCF	2 376	2 963	3 144	3 085	-587	-769	-709
Outras despesas de capital	948	793	661	800	154	287	148
Saldo global	-8 702	-7 826	-9 311	-9 577	-876	609	875
em % do PIB	-5,3	-4,7	-5,7	-5,8	-0,6	0,4	0,5
Saldo primário	-1 638	-609	-1 857	-2 388	-1 028	219	750
Receita fiscal e contributiva	60 951	61 475	59 749	59 792	-524	1202	1159
Despesa corrente	76 508	74 924	76 713	76 653	1584	-205	-145
Despesa corrente primária	69 444	67 708	69 260	69 464	1736	184	-20
Despesa primária	72 767	71 464	73 065	73 349	1304	-298	-582
<i>Por memória:</i>							
PIB	165 666	166 782	164 338	165 379	-1116	1328	287

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO.

Divida pública e despesa com juros

13 A dívida pública manteve a tendência de aumento verificada desde 2007. A dívida pública ascendeu a 129% do PIB no final de 2013 (213,6 mil M€), um aumento de 4,9 p.p. face ao verificado no final de 2012 (+ 8,8 mil M€). No que se refere à despesa com juros, esta ascendeu a 4,3 % do PIB, um valor similar ao registado em 2012 (Tabela 6).³

Tabela 6 – Principais indicadores de dívida e despesa com juros

	2010	2011	2012	2013	Var 2012/13
Dívida Pública (em % do PIB)	94,0	108,2	124,1	129,0	4,9
Dívida Pública (em mil M€)	162,5	185,2	204,9	213,6	8,8
Despesas com Juros (em % do PIB)	2,8	4,0	4,3	4,3	0,0
Despesas com Juros (em mil M€)	4,9	6,9	7,2	7,2	0,0
Taxa de juro implícita na dívida (em %)	4,0	4,2	3,9	3,5	-0,4

Fontes: INE e Banco de Portugal (PDE - procedimento dos défices excessivos).
Notas: A definição utilizada para a dívida pública e é a estabelecida no âmbito do PDE (vulgo "Divida de Maastricht"). A variação da dívida pública e das despesas com juros encontra-se medida em pontos percentuais. A taxa de juro implícita resulta do quociente entre as despesas com juros do ano t e o stock do final do ano t-1.

14 Não obstante a perda de valor significativa da dívida não nominada em euro, registou-se um acréscimo de dívida pública superior ao défice observado em 2013. A variação da dívida pública em 2013 fixou-se em 8,8 mil M€, valor superior em 649 M€ ao défice orçamental.⁴ No entanto, registou-se durante 2013 uma perda de valor, em euros, da dívida nominada em outra moeda que não euro.⁵ Não considerando o "efeito cambial", a dívida pública subiu, aproximadamente, 9,5 mil M€. Para esta variação da dívida pública superior ao défice orçamental contribuíram, em parte, o empréstimo bancário efetuado pelo Governo Regional da Madeira (1,1 mil M€) com aval do Estado Português de forma a regularizar dívidas respeitantes a anos anteriores e o aumento dos depósitos da administração central (0,7 mil M€).⁶ Recorde-se que, em 2012, o principal fator a contribuir para a existência de um aumento da dívida superior ao défice foi a constituição (líquida) de ativos financeiros,

³ A despesa com juros é distinta da despesa com juros considerada para cálculo do défice orçamental no âmbito do PDE, nomeadamente a primeira não tem em consideração os fluxos provenientes dos instrumentos de risco financeiro (*swaps* e *FRA's*) que se fixaram num valor positivo de 119,3 M€ em 2013. Para este cálculo foi tido em consideração que de acordo com o Regulamento (CE) n.º. 351/2002 da Comissão, que altera o Regulamento (CE) n.º. 3605/93 do Conselho no que respeita às referências ao SEC 95, os fluxos de juros ao abrigo de *swaps* e de contratos de garantia de taxas (*FRA's*) são objeto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflete-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento" do sector das Administrações Públicas no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), B.9 e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, B.9-PDE

⁴ Os rendimentos gerados pelos instrumentos de risco financeiro (*swaps* e *FRA's*) de 119,3 M€ em 2013 explicam parte da diferença entre o aumento do défice orçamental em contabilidade pública e o acréscimo da dívida pública, dado que estes contribuíram positivamente para o saldo orçamental mas não para a dívida pública.

⁵ Como exemplo, o euro apreciou-se-se face à moeda na qual a nominada a dívida do FMI (direitos de saque especiais) o que permitiu, neste caso concreto, uma redução da dívida em 0,6 p.p. do PIB. No total, em 2013 a evolução do euro permitiu uma redução da dívida pública de 719,9 M€. Esse decréscimo foi de 357,1 M€ em 2012. Ao invés, em 2011 e 2010 a evolução do euro aumentou a dívida pública em 263,5 M€ e 96 M€, respetivamente.

⁶ Com base no empréstimo bancário efetuado pelo Governo Regional da Madeira (1,1 mil M€) com aval do Estado Português foram regularizadas dívidas de anos anteriores no montante de 853,6 mil M€.

nomeadamente, sob a forma de empréstimos (titulados), para efeitos de recapitalização do setor bancário.⁷

15 O aumento da dívida pública deveu-se, sobretudo, ao acréscimo da dívida bruta da administração central. Em termos não consolidados, a dívida bruta da administração central fixou-se em 211,8 mil M€ no final de 2013, um acréscimo anual de 9,8 mil M€. Quanto à administração regional e local, a dívida bruta fixou-se em 9,6 mil M€, um aumento de 165,3 M€. Registou-se um aumento da dívida bruta entre entidades das administrações públicas no valor de 1,2 mil M€. Este é justificado, em parte, pelo empréstimo efetuado pela administração central à Administração Regional da Madeira no âmbito do PAEF-RAM (353,4 M€) e pelos empréstimos efetuados à administração local (478,3 M€).

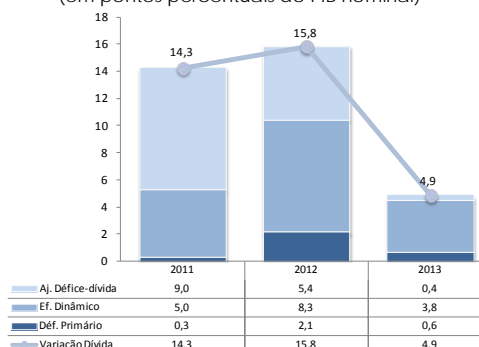
Tabela 7 – Contributos dos subsectores da AP para a variação da dívida pública (em milhões de euros)

Subsectores das AP	Var 2012/13
Administração Central	9779,6
Administração Regional e Local	165,3
Segurança Social	-2,5
Efeitos de consolidação	-1171,4
Total	8771,0

Fontes: INE e Banco de Portugal (PDE - procedimento dos défices excessivos).

16 Em 2013, o aumento da dívida pública deveu-se, sobretudo, à despesa com juros, tendo o crescimento do PIB nominal atenuado esse acréscimo. O crescimento da dívida pública de 4,9 p.p. do PIB (de 124,1% para 129% do PIB) decorreu, essencialmente, do efeito dinâmico (vulgo *bola de neve*, ver Gráfico 3). Segundo os cálculos da UTAO, este atingiu 3,8 p.p. do PIB e deveu-se ao elevado peso da despesa com juros (4,3% do PIB). No entanto, a evolução positiva do produto nominal, com um crescimento de 0,3%, atenuou o aumento da dívida pública em percentagem do PIB.⁹ O contributo do saldo primário para o aumento da dívida foi inferior ao registado em 2012.

Gráfico 3 – Decomposição da variação da dívida pública (em pontos percentuais do PIB nominal)



Fontes: INE, Banco de Portugal e cálculos da UTAO.

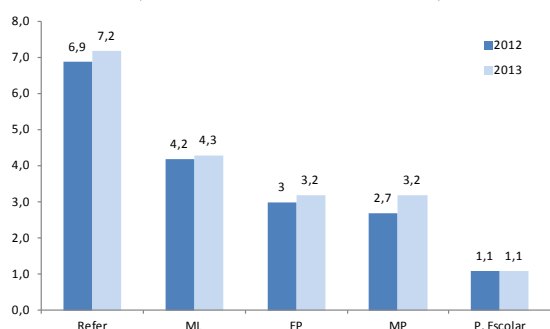
⁷ De acordo com o comunicado do Eurostat, de 22 de abril de 2013, sobre os Ajustamentos défice-divida: "The considerable SFA reported by Portugal in 2012 is mainly explained by the support provided by government to financial institutions in the context of the bank recapitalization. In addition, government acquired partially impaired loans from a bank." SFA - Stock-flow adjustment for the Member States, the Euro area and the EU27 for the period 2009-2012, as reported in the April 2013 EDP notification.

⁸ No caso da Administração Regional da Madeira a dívida bruta fixou-se em 4,1 mil M€ (um aumento de 105,8 M€ face a 2012), na da Administração Regional dos Açores em 770,9 M€ (+47,9 M€) e na da Administração Local em 5,0 mil M€ (+11,6 M€).

⁹ Em 2012 e 2011, registaram-se variações negativas do PIB nominal de 1,0% e 3,5%, respetivamente, o que contribuiu para um aumento da dívida pública em percentagem do PIB. O efeito causado pelo PIB nominal exerce-se ao nível do denominador do rácio dívida pública em percentagem do PIB.

17 A dívida das empresas incluídas no perímetro das administrações públicas aumentou em 2013, explicado essencialmente pelo setor de transportes e infraestruturas. A dívida das empresas incluídas no perímetro das administrações públicas (EPR) fixou-se no final de 2013 em 27,4 mil M€, um acréscimo de 7,8% face a 2012 (Gráfico 4). Destes, de salientar o comportamento da dívida da Metro do Porto com um acréscimo de 463,7 M€ (+17,0%), das Estradas de Portugal com um aumento de 239,4 M€ (+8,1%), da REFER com um aumento de 221,8 M€ (+3,2%) e do Metro de Lisboa uma subida de 99,9 M€ (+2,4%). A Parque Escolar manteve o seu nível de endividamento (1,1 mil M€). Em termos consolidados do financiamento concedidos pelo Tesouro, o endividamento das EPR situou-se em 15,5 mil M€.

Gráfico 4 – Empresas das administrações públicas com maior endividamento
(em milhares de milhões de euros)



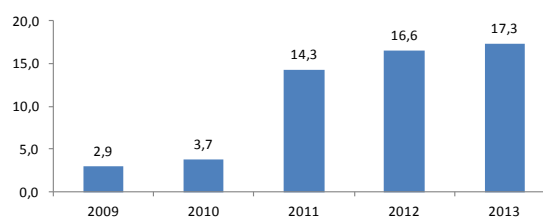
Fontes: Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

18 Para efeitos dos critérios de desempenho definidos no âmbito do PAEF, o valor de dívida pública não ultrapassou o limite quantitativo.¹⁰ Em dezembro de 2013, com base nos dados disponibilizados aquando da 11.^a avaliação regular do PAEF, o stock da dívida pública calculado de acordo com os critérios definidos no âmbito do PAEF terá atingido 187,5 mil M€, o que compara favoravelmente com o limite 191,3 mil M€. Para a dimensão mais reduzida da dívida pública no âmbito do PAEF em muito contribuíram os depósitos da administração central, que atingiram cerca de 17,3 mil M€ no final de 2013 (Gráfico 5).¹¹

¹⁰ Note-se que existem diferenças relevantes entre a dívida pública para efeitos de avaliação do PAEF e a dívida pública de Maastricht utilizada no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos. A dívida do PAEF tem por base a dívida de Maastricht, mas a esta devem ser subtraídos: i) os montantes utilizados na recapitalização do sector bancário; ii) os depósitos do IGCP; e iii) a margem paga em antecipação pelas emissões do FEEF (para emissões posteriores a Setembro de 2011).

¹¹ No que se refere ao ano corrente, a dívida pública excluindo depósitos da administração central terá aumentado 616 M€ no período janeiro-fevereiro de 2014. Nesse sentido, a dívida pública para efeitos do PAEF ter-se-á situado em, aproximadamente, 188,1 mil M€ no final de fevereiro, valor significativamente abaixo do limite de 193 mil M€ estabelecido para março de 2014 no âmbito do PAEF, permitindo antever que este objetivo seja alcançado. Segundo o FMI, os depósitos do IGCP fixaram-se em 21,4 mil M€ em fevereiro de 2014 (este valor incluir de depósitos cativos para reforço de estabilidade financeira no montante de 6,4 mil M€). A mesma instituição refere que estes depósitos, juntamente com os desembolsos a efetuar no âmbito do PAEF e com as emissões do retalho, garantem as necessidades de financiamento até março de 2015.

Gráfico 5 – Depósitos da administração central
(no final de cada ano, em milhares de milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal. | Nota: Note-se que, de acordo com os dados do Banco de Portugal, estes depósitos encontram-se constituídos junto do banco central e de instituições monetárias residentes.

19 A despesa com juros em 2013 foi similar à verificada no ano anterior devido à diminuição da taxa de juro implícita na dívida. De acordo com os cálculos da UTAO, o aumento do stock da dívida pública deu origem a um efeito de sinal contrário, mas de dimensão equivalente, ao causado pela redução da taxa de juro implícita na dívida pública (ou do seu custo aparente, conforme a definição utilizada). Em resultado destes dois efeitos, a despesa com juros manteve-se praticamente inalterada (Tabela 8). Saliente-se que a evolução favorável da taxa de juro implícita em 2013 terá resultado, sobretudo, do refinanciamento através dos Bilhetes de Tesouro a taxas de juro progressivamente mais baixas, bem como através dos empréstimos recebidos no âmbito do PAEF cuja taxa de rentabilidade média se situava em 3,0% no final de 2013.

Tabela 8 – Decomposição da variação da despesa com juros
(em milhares de milhões de euros e em percentagem)

	Dívida Pública	Variação da dívida	Despesa com Juros	Custo aparente da dívida	Variação anual da despesa com		
					Total	efeito stock	efeito taxa de juro
2010	162,5	21,4	4,9	3,2%	0,3	0,7	-0,3
2011	185,2	22,8	6,9	4,0%	2,0	1,1	0,9
2012	204,9	19,6	7,2	3,7%	0,3	0,7	-0,4
2013	213,6	8,8	7,2	3,4%	0,0	0,3	-0,3

Fontes: INE, Banco de Portugal e cálculos da UTAO. | Notas: Admite-se que o custo aparente da dívida resulta do quociente entre as despesas com juros do ano t e o stock médio da dívida pública do ano t e do ano t-1. Omite-se o contributo do "efeito cruzado" para a variação da despesa com juros, pois este efeito assume habitualmente valores pouco expressivos.

Revisões estatísticas e desvios face às projeções

20 As projeções oficiais para a dívida pública no final do ano 2013 vieram a revelar-se desajustadas. A estimativa oficial, efetuada no Orçamento do Estado para 2014, para o rácio de dívida pública no final de 2013, foi de 127,8% do PIB (211,4 mil M€). Todavia, a dívida pública recentemente apurada pelas autoridades estatísticas e divulgada ao Eurostat no âmbito da notificação de março do procedimento dos défices excessivos veio a revelar-se mais elevada (i.e. 129% do PIB). Deste modo, o desvio que se apurou relativamente às projeções oficiais foi de 1,2 p.p. do PIB (2,2 mil M€). Saliente-se que as projeções para a dívida pública de 2013, elaboradas pelo Ministério das Finanças e pelos organismos internacionais, foram sendo revistas em alta durante o ano. As projeções oficiais efetuadas em março de 2013, por ocasião da 1.^a notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, apontavam para uma redução da dívida pública em termos nominais, o que implicaria um ajustamento défice

divida muito significativo.¹² Para este erro de projecção contribuiu (ver Tabela 10) também o facto do défice primário se ter revelado mais elevado.¹³ Por último, de referir que a última estimativa oficial, já efetuada em março de 2014, apresentada no âmbito da 11.ª avaliação do PAEF, foi de 128,8% do PIB (213,4 mil M€).

Tabela 9 – Projeções e estimativa preliminar para a dívida pública de Maastricht em 2013
(em milhares de milhões de euros e em percentagem do PIB)

	Projeções			Estimativa preliminar (mar/2014)
	OE/2013 (out/2012)	1.º PDE (mar/2013)	2.º PDE (set/2013)	
Dívida Maastricht	206,4	201,1	211,4	213,6
PIB	166,8	164,3	165,4	165,7
Dívida em % PIB	123,7	122,4	127,8	129,0

Fontes: Ministério das Finanças (projeções), INE (PIB), Banco de Portugal (Dívida de Maastricht) e cálculos da UTAO.

Tabela 10 – Desvios face às projeções: principais componentes

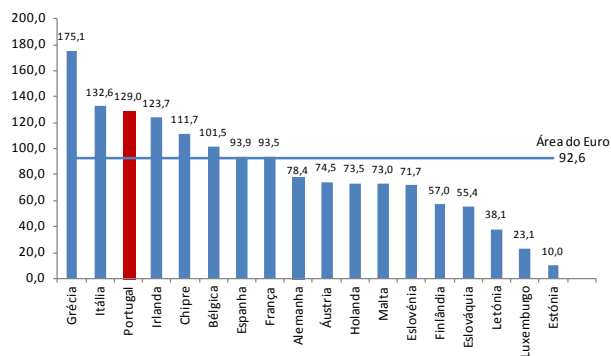
	2013		
	(prev. OE/2014)	2013	dif.
Stock da dívida (final do ano)	127,8	129,0	-1,2
variação da dívida (p.p. do PIB)	3,8	4,9	-1,1
Efeito saldo primário	1,6	0,6	1,0
Efeito juros e PIB ("snow-ball effect")	4,2	3,8	0,4
Efeito juros	4,3	4,3	0,0
Efeito do crescimento nominal do PIB	-0,2	-0,5	0,3
Outros	-2,0	0,4	-2,4

Fontes: INE, Banco de Portugal, cálculos da UTAO e Ministério das Finanças (projeções para 2012 incluídas no relatório do OE/2013).

Comparação Internacional

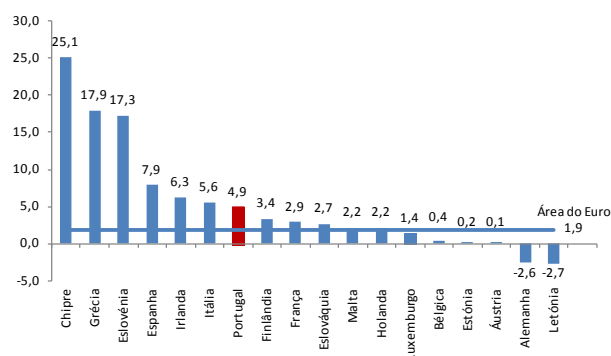
21 Em 2013, Portugal apresentou a terceira maior dívida pública, em percentagem do PIB, da Área do Euro. De acordo com o Eurostat, a dívida pública de Portugal foi superior à média da área do euro (92,6%).¹⁴ Com uma dívida pública superior à portuguesa, encontram-se a Grécia (175,1%) e a Itália (132,6%). A Irlanda, um dos países que, tal como Portugal, esteve submetido a um programa de assistência económica e financeira apresentou um nível de dívida ligeiramente inferior ao de Portugal (123,7%). A Estónia (10%), o Luxemburgo (23,1%) e a Letónia (38,1%) foram os países que apresentaram uma dívida pública menor em 2013 (Gráfico 6). Entre 2012 e 2013, a dívida pública apenas diminuiu em dois países da área do euro, nomeadamente a Alemanha (2,6 p.p.) e a Letónia (2,7 p.p.). Em Portugal registou-se um aumento de 4,9 p.p. do PIB, o qual foi superior ao observado na média da área do euro (1,9 p.p.) (Gráfico 7). Saliente-se o significativo acréscimo registado em Chipre (25,1 p.p.), Grécia (17,9 p.p.) e Eslovénia (17,3 p.p.), em grande medida devido aos apoios públicos ao setor financeiro.

Gráfico 6 – Dívida Pública dos países membros da Área do Euro
(em percentagem do PIB)



Fontes: Eurostat.

Gráfico 7 – Variação anual da dívida pública em 2013
(em pontos percentuais)



Fontes: Eurostat e Cálculos da UTAO.

¹² Para este ajustamento deveria contribuir a compra de dívida pública por parte dos fundos da segurança social, a substituição de empréstimos das empresas públicas do perímetro junto dos bancos por empréstimos do Tesouro e a utilização da liquidez existente para a amortização da dívida. A expectativa quanto à concretização integral destas operações foi alterada na 2.ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, em setembro de 2013.

¹³ Para este contribuiu a injeção de capital no BANIF com impacto na despesa pública.

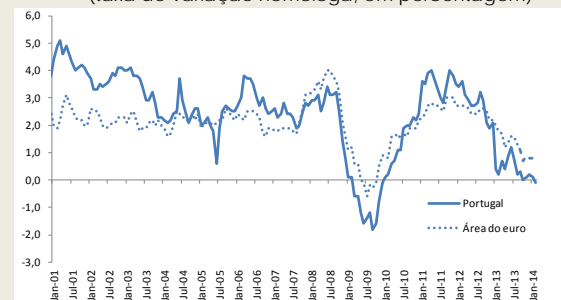
¹⁴ A dívida pública da União Europeia a 28 membros fixou-se em 87,1% do PIB em 2013.

Caixa 1 – Publicações do FMI em Abril de 2014: recensão de referências a Portugal

De acordo com o World Economic Outlook (WEO) publicado em abril de 2014, o FMI prevê, para 2014, uma aceleração do ritmo de crescimento mundial, sustentada pelo maior ritmo de crescimento das economias avançadas. Neste contexto, a economia da área do euro deverá recuperar da recessão observada em 2013, esperando-se um crescimento de 1,2% em 2014. Do grupo dos principais países da área do euro, a Alemanha, Áustria e Irlanda deverão crescer mais do que a média (1,7%). Portugal deverá crescer 1,2%, após a recessão de 1,4% no ano anterior.

Apesar de se terem atenuado os riscos negativos para o cenário central, permanecem alguns riscos descendentes sobre o crescimento. Em particular, a inflação abaixo do esperado poderá colocar riscos sobre as economias avançadas, sendo que o risco de deflação é mais elevado para a área do euro do que para as restantes economias avançadas.¹⁵ O risco de aumento da volatilidade financeira nas economias de mercado emergentes, e o aumento dos custos de capital poderá também contribuir para a redução do investimento e crescimento. Sobre a área do euro, dentro dos principais riscos inclui-se o menor apetite para completar as reformas nacionais e ao nível europeu que permitam contribuir para níveis mais reduzidos de desemprego e de dívida, assim como para a capacidade de intervenção para completar a recuperação do setor bancário.

Gráfico 1. Taxa de inflação
(taxa de variação homóloga, em percentagem)



Fonte: Banco de Portugal

O ajustamento orçamental em Portugal deverá continuar expressivo, de acordo com o FMI

De acordo com os dados da publicação do FMI Fiscal Monitor, o ajustamento orçamental para Portugal continuará em 2014 e 2015. O ajustamento acumulado em 2015, face a 2013 é um dos mais elevados da área do euro, quer em termos de saldo orçamental global quer em termos do saldo estrutural (Tabela 1).

Tabela 1. Saldo orçamental

(em percentagem do PIB e em percentagem do PIB potencial)

	Projeção					Ajustamento				
	2011	2012	2013	2014	2015	2014 face a 2013	2015 face a 2013	2014 face a 2011	2015 face a 2011	
	1	2	3	4	5	4-3	5-3	4-1	5-1	
Saldo global (percentagem do PIB)										
Área do euro	-4,2	-3,7	-3,0	-2,6	-2,0	0,4	1,0	1,6	2,1	
França	-5,3	-4,8	-4,2	-3,7	-3,0	0,5	1,2	1,6	2,3	
Alemanha	-0,8	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,8	0,6	
Grécia	-9,6	-6,3	-2,6	-2,7	-1,9	-0,1	0,7	6,9	7,7	
Irlanda ¹	-13,1	-8,2	-7,4	-5,1	-3,0	2,3	4,4	8,0	10,1	
Itália	-3,7	-2,9	-3,0	-2,7	-1,8	0,3	1,3	1,0	1,9	
Portugal	-4,3	-6,5	-4,9	-4,0	-2,5	0,9	2,4	0,3	1,8	
Espanha ¹	-9,6	-10,6	-7,2	-5,9	-4,9	1,3	2,3	3,7	4,7	
Saldo estrutural (em percentagem do PIB potencial)										
Área do euro	-3,8	-2,3	-1,3	-1,2	-1,0	0,1	0,4	2,6	2,8	
França	-4,6	-3,5	-2,4	-1,9	-1,5	0,5	0,9	2,7	3,1	
Alemanha	-1,1	-0,1	0,3	0,2	-0,1	-0,1	-0,5	1,3	1,0	
Grécia	-8,3	-2,3	2,1	1,5	1,1	-0,6	-1,1	9,8	9,3	
Irlanda	-7,0	-6,1	-5,0	-4,0	-2,3	0,9	2,7	2,9	4,7	
Itália	-3,8	-1,6	-0,3	-0,8	-0,3	-0,5	0,0	3,0	3,5	
Portugal	-6,6	-4,1	-3,1	-2,7	-1,7	0,4	1,4	4,0	4,9	
Espanha	-8,0	-5,7	-4,9	-4,4	-3,7	0,5	1,2	3,6	4,3	

Fonte: FMI | Notas: 1) Incluindo o apoio ao sector financeiro.

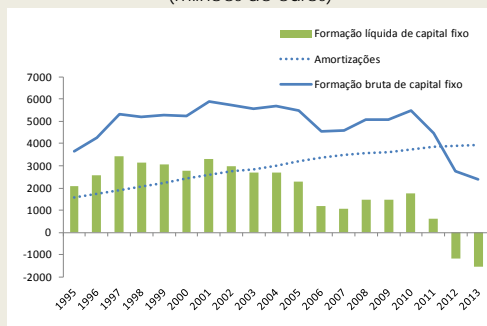
¹⁵ Ainda que o WEO não destaque, note-se que a evolução da taxa de inflação para Portugal tem sido mais negativa do que para a área do euro, isto é a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor tem sido inferior para Portugal do que para a área do euro, desde meados de 2012 (Gráfico 1).

Nas economias avançadas, a consolidação orçamental tem contribuído para a redução do investimento público

De acordo com a análise do FMI, a diminuição do investimento público verificou-se nas economias avançadas, sobretudo nos países mais atingidos pela crise de dívida soberana da área do euro. Por outro lado, continuou a aumentar nos países de mercados emergentes e países de baixo rendimento. Em resultado, e para as economias avançadas, o stock de capital tem diminuído significativamente a partir de 2008.

Em Portugal, de acordo com os dados do INE, o investimento público, medido pela formação bruta de capital fixo, tem vindo a diminuir encontrando-se em níveis inferiores aos de 1995. Esta diminuição é mais acentuada a partir de 2010, sendo que em 2012 e 2013 o desgaste do stock de capital superou o investimento público, dando origem a uma formação líquida de capital fixo negativa (Gráfico 2). Esta situação verifica-se também para o investimento total da economia, onde a formação líquida de capital fixo é negativa desde 2011. Este contexto constituiu um risco adicional para a recuperação da atividade económica, na medida em que poderá limitar a capacidade produtiva.

Gráfico 2. Investimento público
(milhões de euros)



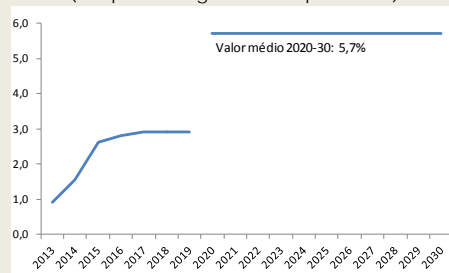
Fonte: INE

A sustentabilidade da dívida pública, de acordo com o Pacto Orçamental, exige um excedente estrutural primário de 5,7%.

Em relação às condições para garantir a sustentabilidade da dívida portuguesa e o cumprimento do Pacto Orçamental, o FMI apresenta um exercício sobre o ajustamento orçamental necessário. Isto é, identifica o saldo estrutural primário necessário para que a relação entre a dívida e o PIB atinja o valor de referência de 60%, estando ainda os Estados obrigados a reduzir o montante da dívida pública, na parte que exceda o valor de referência, a uma taxa média de 1/20 por ano, numa média de 3 anos.

Neste exercício, o FMI assume que o saldo estrutural primário aumente até 2,9% do PIB até 2019 e que no período 2020-2030 seja, em média, de 5,7% (Gráfico 3).¹⁶

Gráfico 3. Saldo estrutural primário - Portugal
(em percentagem do PIB potencial)



Fonte: FMI

¹⁶ De acordo com o perfil sugerido pelo FMI, o saldo estrutural deverá passar de -2,7%, em 2014, para -1,7%, em 2019. Note-se que esta evolução não é compatível com as regras orçamentais definidas pela União Europeia para o médio prazo, as quais limitam o défice estrutural a 0,5% do PIB.

Anexos

Tabela 11 – Ajustamentos efetuados decorrentes de efeitos das medidas extraordinárias/temporárias/one-off
(em percentagem do PIB anual)

	Descrição das medidas / operações	Impacto na receita	Impacto na despesa	Impacto no saldo
	1.º trimestre			
	Pagamento one-off à União Europeia, no âmbito da revisão do Rendimento Nacional Bruto	-	-0,1	0,1
	2.º trimestre			
	Entrega do 1.º equipamento militar de sub-superfície (<i>Tridente</i>)	-	-0,3	0,3
	Execução da garantia concedida pelo Estado ao BPP	-	-0,3	0,3
	3.º trimestre			
	Não ocorreram operações extraordinárias	-	-	0,0
2010	4.º trimestre			
	Transferência de responsabilidades dos fundos de pensões da PT para a CGA	-1,6	-	-1,6
	Receita do repatriamento de capitais (RERT)	0,0	-	0,0
	Entre do 2.º equipamento militar de sub-superfície (<i>Arpão</i>)	-	-0,3	0,3
	Concessões de recursos hídricos e fotovoltaicos	-	0,1	-0,1
	Imparidades do BPN	-	-1,0	1,0
	Registo de dívida do Gov. Regional da Madeira	-	-0,4	0,4
	Reclassificação de investimentos associados a Parcerias Público Privadas	-	-0,5	0,5
	Impacto total em 2010	-1,7	-2,8	1,1
	1.º trimestre			
	Execução da garantia concedida pelo Governo da RAM à empresa pública SESARAM	-	-0,2	0,2
	2.º trimestre			
	Assunção de dívidas da empresa ViaMadeira pelo Governo da RAM	-	-0,2	0,2
	3.º trimestre			
	Não ocorreram operações extraordinárias	-	-	-
	4.º trimestre			
	Concessões	-	0,0	0,0
2011	Cobrança de dívidas da segurança social de trabalhadores independentes	0,0	-	0,0
	Sobretaxa extraordinária em sede de IRS	-0,5	-	-0,5
	Transferência de fundos de pensões do setor bancário	-3,5	-	-3,5
	Recapitalização do BPN	-	-0,4	0,4
	Reclassificação de investimentos associados a Parcerias Público Privadas	-	-0,1	0,1
	Dívidas da RAM (contratos-programa/clubes de futebol)	-	-0,1	0,1
	Reclassificação de empréstimos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde (FASPSNS) a hospitais empresa	0,0	-0,3	0,3
	Impacto total em 2011	-4,0	-1,2	-2,9
	1.º trimestre			
	Não ocorreram operações extraordinárias	-	-	-
	2.º trimestre			
	Aumento de capital da CGD	-	-0,5	0,5
	Transferência de fundos de pensões do BPN	-0,1	-	-0,1
	Transferência de 2/3 da parte remanescente da sobretaxa de IRS 2011 relativa aos sujeitos passivos independentes	-0,1	-	-0,1
	3.º trimestre			
	Concessão de licenças da 4.ª geração da rede móvel	-	0,2	-0,2
2012	Regularização de pagamentos devidos à UE no âmbito da revisão do Rendimento Nacional Bruto	-	-0,1	0,1
	Transferência de 1/3 da parte remanescente da sobretaxa de IRS 2011 relativa aos sujeitos passivos independentes	0,0	-	0,0
	Receita do repatriamento de capitais (RERT)	-0,2	-	-0,2
	4.º trimestre			
	Conversão de suprimentos concedidos pela Parpública em aumento de capital da Sagestamo	-	-0,5	0,5
	Imparidades associadas à transferência de ativos do BPN para a Parvalorem e Parups	-	-0,1	0,1
	Impacto total em 2012	-0,3	-0,8	0,5
	1.º trimestre			
	Injeção de capital no BANIF	0,0	-0,4	0,4
	2.º trimestre			
	Não ocorreram operações extraordinárias	-	-	-
2013	3.º trimestre			
	Não ocorreram operações extraordinárias	-	-	-
	4.º trimestre			
	Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social (RERD)	-0,8	0,0	-0,8
	Impacto total em 2013	-0,8	-0,4	-0,4

Fontes: INE (PIB), Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Um ajustamento positivo implica um défice ajustado menos negativo, um ajustamento negativo implica um défice ajustado mais negativo. A afetação trimestral das operações considerada pela UTAO baseia-se na análise da execução orçamental nos trimestres relativos ao período 2010-2013, a qual teve por base esclarecimentos obtidos junto do MF e INE, na sequência de anteriores relatórios de análise.

Tabela 12 – Conta das administrações públicas (não ajustada)

	2012		2013		Variação anual		Taxa de variação
	em M€	% PIB	em M€	% PIB	em M€	p.p. PIB	em %
Receita Total	67 574	40,9	72 410	43,7	4 835	2,8	7,2
Receita fiscal	37 811	22,9	42 091	25,4	4 279	2,5	11,3
Impostos indiretos	22 539	13,7	22 568	13,6	30	0,0	0,1
Impostos diretos	15 272	9,3	19 522	11,8	4 250	2,5	27,8
Contribuições sociais	19 135	11,6	20 140	12,2	1 004	0,6	5,2
Outras receitas correntes (inc. vendas)	8 130	4,9	8 677	5,2	546	0,3	6,7
Receitas de capital	2 497	1,5	1 503	0,9	-995	-0,6	-39,8
Despesa Total	78 215	47,4	80 531	48,6	2 316	1,2	3,0
Consumo intermédio	7 400	4,5	7 308	4,4	-92	-0,1	-1,2
Despesas com pessoal	16 510	10,0	17 789	10,7	1 279	0,7	7,7
Prestações sociais	37 139	22,5	38 834	23,4	1 695	0,9	4,6
Juros (PDE)	7 126	4,3	7 064	4,3	-62	-0,1	-0,9
Subsídios	968	0,6	1 117	0,7	149	0,1	15,4
Outras despesas correntes	4 215	2,6	4 397	2,7	182	0,1	4,3
Despesa de capital	4 857	2,9	4 024	2,4	-834	-0,5	-17,2
FBCF	2 745	1,7	2 376	1,4	-369	-0,2	-13,5
Outras despesas de capital	2 112	1,3	1 648	1,0	-465	-0,3	-22,0
Saldo global	-10 641	-6,4	-8 122	-4,9	2 519	1,5	
em % do PIB	-6,4		-4,9				
Saldo primário	-3 515	-2,1	-1 058	-0,6	2 457	1,5	
Receita fiscal e contributiva	56 946	34,5	62 230	37,6	5 284	3,1	9,3
Despesa corrente	73 358	44,4	76 508	46,2	3 150	1,8	4,3
Despesa corrente primária	66 232	40,1	69 444	41,9	3 212	1,8	4,8
Despesa primária	71 090	43,1	73 467	44,3	2 378	1,3	3,3
<i>Por memória:</i>							
PIB	165 107		165 666		560		0,3

Fontes: INE e cálculos da UTAO.

Tabela 13 – Receitas e despesas (não ajustadas) das administrações públicas: desvios face ao orçamentado

(em milhões de euros)

	2013 (INE)	Orçamentado			Desvio face ao orçamentado: €		
		OE	OE1R	OE2R	OE	OE1R	OE2R
Receita Total	72 410	70 854	71 208	71 460	1 555	1 202	949
Receita fiscal	42 091	41 357	39 938	40 424	734	2 152	1 666
Impostos indiretos	22 568	22 783	22 122	21 930	-215	446	638
Impostos diretos	19 522	18 573	17 816	18 494	949	1 706	1 028
Contribuições sociais	20 140	20 118	19 811	19 867	21	329	273
Outras receitas correntes (inc. vendas)	8 677	8 306	9 295	9 227	371	-618	-550
Receitas de capital	1 503	1 074	2 164	1 942	429	-661	-440
Despesa Total	80 531	78 453	80 292	81 238	2 078	240	-707
Consumo intermédio	7 308	7 648	7 463	7 864	-340	-155	-556
Despesas com pessoal	17 789	17 267	17 304	17 538	522	485	251
Prestações sociais	38 834	37 633	38 550	38 399	1 201	284	435
Juros (PDE)	7 064	7 216	7 454	7 189	-153	-390	-125
Subsídios	1 117	1 202	1 165	1 165	-86	-49	-49
Outras despesas correntes	4 397	3 957	4 778	4 778	439	-382	-382
Despesa de capital	4 024	3 529	3 579	4 585	494	445	-561
FBCF	2 376	2 963	3 144	3 085	-587	-769	-709
Outras despesas de capital	1 648	566	434	1 500	1 081	1 214	148
Saldo global	-8 122	-7 599	-9 084	-9 778	-523	962	1 656
em % do PIB	-4,9	-4,6	-5,5	-5,9	-0,3	0,6	1,0
Saldo primário	-1 058	-382	-1 630	-2 589	-675	572	1 531
Receita fiscal e contributiva	62 230	61 475	59 749	60 291	755	2 481	1 939
Despesa corrente	76 508	74 924	76 713	76 934	1 584	-205	-426
Despesa corrente primária	69 444	67 708	69 260	69 745	1 736	184	-301
Despesa primária	73 467	71 237	72 838	74 049	2 231	629	-582
<i>Por memória:</i>							
PIB	165 666	166 782	164 338	165 379	-1 116	1 328	287

Fontes: INE e cálculos da UTAO.